



J. D. Prestes
EIRELI

À Sra. Rose Faria Braga presidente da Comissão Permanente de Licitação da
Câmara Municipal de Santos.

Ref: Recurso Administrativo
CONCORRÊNCIA Nº 02/2023
PROCESSO Nº 01/2023

A empresa JD Prestes Ltda., por seu representante legal adiante assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, na qualidade de licitante no certame em epígrafe, apresentar Contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, ao recurso administrativo interposto pela empresa SISTEMA DE ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO ENGEMASTER LTDA, em face da decisão de sua inabilitação, o que faz conforme as razões a seguir expostas.

Rua Fernando Amaro, 909, Loja 03 – CEP 80.045-230 – Alto da Rua XV – Curitiba – PR – Brasil
Telefone: (41) 3018-2061 – (41) 3018-2071 – e-mail: cprestes@jdprestes.eng.br



1. Tempestividade

Nos termos do fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Considerando que a comunicação da interposição de recurso se deu em 04/09/2023 e considerando o feriado de 07/09/2023 e o recesso da Câmara no dia 08/09/2023, o prazo recursal vence em 13/09/2023, sendo tempestiva a presente manifestação.

2. Fatos

A Câmara Municipal de Santos realizou licitação na modalidade Concorrência para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obra de Projeto de Ar Condicionado central VRF, com fornecimento de materiais e serviços, na Câmara Municipal de Santos.

Em 15/08/2023 as empresa interessada apresentaram os envelopes de habilitação e proposta, sessão pública foi suspensa para análise dos documentos de habilitação.

Em 25/08/2021, foi publicada a ATA com o resultado das análises dos documentos de habilitação, a empresa SISTEMA DE ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO ENGEMASTER LTDA foi inabilitada pela Comissão de licitação da Câmara de Santos:

3. Manter a Inabilitação da ENGEMASTER

Primeiramente, cumpre destacarmos o que rege o instrumento convocatório *acerca da visita técnica*, a apresentação do Termo de vistoria no envelope de habilitação é fator **OBRIGATÓRIO** para fins de manter a licitante no certame, conforme item 8.6 do edital:



8.6. Vistoria

8.6.1. A licitante deverá apresentar Atestado de Vistoria, conforme o modelo constante do Anexo VIII, que tem por objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

8.6.2. Devido à complexidade, ao número de intervenções e as características peculiares do local, **como o prédio ser Tombado pelo CONDEPASA, a vistoria técnica será obrigatória**, portanto a empresa interessada em participar da licitação deverá realizar vistoria no local, examinando toda a área e instalações, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento da situação existente, esquecimento de detalhes e estado dos equipamentos.

Acontece que a empresa **ENGEMASTER deixou de apresentar o termo de visita prévia dentro do envelope de habilitação**, esse motivo por si só já é motivo de inabilitação, vale lembrar que nesse caso se aplica o §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93 que proíbe que o servidor que esteja à frente da licitação (pregoeiro ou comissão), admita a inclusão posterior de documento; veja como está descrito na legislação:

Art. 43. § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da habilitação/proposta.



O artigo 64 da nova Lei de Licitações previu que, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos

É certo que as regras do Edital devem ser por todos observadas. Tanto a Administração Pública quanto as empresas participantes do certame não podem deixar de atender as normas e condições presentes no instrumento convocatório.

4. Princípio da Vinculação

Pelo Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Administração e licitantes vinculam-se ao previsto no edital. Como afirmava Hely Lopes Meirelles e demais doutrinadores, “o edital é a lei interna da licitação”.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que (i) a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e (ii) ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes.

Conclusão direta e imediata, decorrente do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e das regras expressas previstas na legislação de regência das licitações, é que o edital do certame tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, destinado a regular as relações jurídicas vocacionadas à contratação pública.

O conteúdo normativo do instrumento convocatório é evidente, e consubstanciado nas regras da disputa licitatória, nas regras relativas à formação e execução do contrato, na exigência de cumprimento de outras normas que guardem relação com a licitação, e nas regras de conduta exigíveis de licitantes.



J. D. Prestes
EIRELI

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer sejam recebidas as presentes contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, com o acolhimento das razões expostas para que **seja mantida a inabilitação da ENGEMASTER**, uma vez que, conforme restou acima comprovado, esta empresa apresentou documentação de qualificação técnica em desconformidade com o exigido em Edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 13 de Setembro de 2023

JAIME
DANIEL
PRESTES:03522453956

Digitally signed by JAIME DANIEL
PRESTES:03522453956
DN: cn=JAIME DANIEL, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e
KOP A1, ou=AC ONLINE RFB v5, ou=AR
RFBELL SERVICOS EMPRESARIAIS, ou=
Videomaster, ou=22880032000181,
cn=JAIME DANIEL
PRESTES:03522453956
Reason: I am the author of this document
Date: 2023.09.13 13:19:22 -03'00'
Foxit PDF Reader Version: 12.8.1

J.D. Prestes Ltda

Jaime Daniel Prestes

Administrador